



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638615 - SC (2021/0001354-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : LEANDRO BERNARDI
ADVOGADO : LEANDRO BERNARDI - SC010269
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : CRISTIANE DE OLIVEIRA MAGEDANZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de CRISTIANE DE OLIVEIRA MAGEDANZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5042395-78.2020.8.24.0000/SC).

A paciente cumpre pena pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, I e IV, § 4º, do Código Penal.

O impetrante sustenta que a reeducanda integra grupo de risco para a covid-19, pois é portadora do vírus HIV, invocando, em seu favor, o teor da Recomendação CNJ n. 62/2020. Defende que a paciente deve permanecer em prisão domiciliar, outrora a ela concedida, razão pela qual o indeferimento do pedido de concessão/prorrogação configura constrangimento ilegal.

Requer, liminarmente e em definitivo, a concessão da prisão domiciliar, expedindo-se alvará em favor da paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b)

impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 21-22):

[...]

Muito embora a agravante já sido beneficiada com o benefício em questão anteriormente, em razão de seu estado de saúde, não há qualquer particularidade que justifique a necessidade de prorrogação da medida. Veja, não obstante a defesa alegue que "a situação de saúde da paciente é bastante vulnerável, visto que o HIV atrapalha o sistema imune, tendo um risco ainda maior de adoecer pelo COVID-19", a justiça não se pauta em suposições ou previsões e no caso em tela a paciente não apresenta condição especial, além da própria doença, que sirva de subsídio à concessão de prisão domiciliar.

Para além disso, conforme prontamente destacou o Magistrado de origem, o plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou recentemente a renovação da Recomendação n.62/2020. Além da renovação do prazo, referida recomendação foi alterada para a inclusão de um novo dispositivo, a saber:

Art. 5-A. As medidas previstas nos artigos 4º e 5º não se aplicam às pessoas condenadas por crimes previstos na Lei nº 12.850/2013 (organização criminosa), na Lei nº 9.613/1998 (lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores), contra a administração pública (corrupção, concussão, prevaricação etc.), por crimes hediondos ou por crimes de violência doméstica contra a mulher. (Incluído pela Recomendação nº 78, de 15.9.2020).

Com efeito, tal é a hipótese dos autos, uma vez que a apenada cumpre pena pela prática do crime tipificado no art. 121, §2º, I e IV, §4º, do Código Penal. Crime hediondo, segundo interpretação do art. 1º, I, do da Lei n. 8.072/90.

Desse modo, não se vislumbra irregularidade na condução do processo de execução criminal.

[...]

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente